

Eixo Temático ET-11-005 - Outros

A VIAGEM DE HENRY KOSTER PELO RN: ESTUDO COMPARATIVO ENTRE OS SÉCULOS XIX E XXI SOB A PERSPECTIVA SOCIOAMBIENTAL

Flávio Hildemberg S. Gameleira¹, Ingredy Nataly², Kivia Oliveira³,
Ana Helena da Silva⁴, Március Vinícius G. Pinheiro⁵, Márcio Gleibson⁶,
Felipe Rodrigues⁷

¹Gestor Ambiental (UnP); Mestre em Desenvolvimento e Meio Ambiente – PRODEMA/UFRN; Coordenador do Projeto K200 (fhildemberg@hotmail.com);
²Discente do curso de Engenharia Ambiental / UFRN; ³Mestre em Desenvolvimento e Meio Ambiente (PRODEMA/UFRN); ⁴Gestora Ambiental (UnP); ⁵Historiador (UnP);
⁶Historiador (UFRN); ⁷Discente do curso de História / UFRN.

RESUMO

As obras produzidas por aventureiros e viajantes, principalmente nos séculos XVIII e XIX, expõem observações sobre o povo, a geografia e o meio ambiente do Brasil, porém, são escassos os relatos pormenorizados sobre a faixa de terra que compreende atualmente o estado do Rio Grande do Norte. Os relatos davam ênfase a áreas próximas aos grandes centros, como Recife, Salvador e Rio de Janeiro. Frente a isso, a viagem épica realizada pelo inglês Henry Koster no ano de 1810, desde o Recife até Fortaleza, constitui-se em uma rica fonte de informações posteriormente compiladas em um livro: *Travels in Brazil*. Traduzido como “Viagem ao Nordeste do Brasil” pelo potiguar Luís da Câmara Cascudo, trata-se de um verdadeiro documento histórico sobre as Capitanias visitadas pelo viajante. Nesse contexto, o objetivo deste trabalho é comparar os aspectos socioambientais entre o início do século XIX e a atualidade, com enfoque nos locais do estado do Rio Grande do Norte descritos no livro *Travels in Brazil*, com a finalidade de analisá-los e compará-los criticamente. Este trabalho, que é uma das ações de um projeto de extensão da UFRN, constituiu-se por uma pesquisa bibliográfica, que contemplou estudos comparativos entre o RN na época da viagem de Koster e a atualidade, com ênfase nos aspectos socioambientais. Além disso, foram inseridos os dados obtidos nas diversas viagens de campo realizadas. Estas, com caráter científico e sempre tendo como base o roteiro percorrido por Koster. Por fim, os dados científicos e a produção audiovisual foram compilados, o que proporcionou comparações e reflexões sobre as diversas questões relacionadas ao meio ambiente das regiões visitadas, tais como a devastação da Mata Atlântica, o crescimento desordenado dos centros urbanos e os efeitos da seca. As semelhanças e diferenças encontradas após 200 anos revelam a necessidade de repensar condutas quanto ao futuro socioambiental do Nordeste do Brasil.

Palavras-chave: Meio Ambiente; Rio Grande do Norte; Nordeste; século XIX; Século XXI

INTRODUÇÃO

No final do século XVIII e início do XIX, aconteceram na Europa uma série de mudanças no cenário mundial, tais como a Revolução Francesa e a expansão napoleônica. Nesse cenário, caracterizado por transformações na dinâmica econômica e

na política internacionais, a Inglaterra surge como uma nova potência econômica, capitaneando os processos de industrialização e substituindo as antigas potências marítimas e comerciais: Portugal e Espanha (VAINFAS, 2010).

Com a turbulência na Europa, causada pela expansão territorial francesa, sob o comando de Napoleão Bonaparte, a família real portuguesa muda-se para o Brasil em 1808, para fugir do exército de Napoleão Bonaparte.

A presença inglesa e o modelo cultural passam paulatinamente a ser notados nos locais cuja influência econômica da Inglaterra se fazia presente. É justamente nesse período de turbulência na Europa que o inglês Henry Koster, filho de portugueses, viaja ao Brasil em 1809, à procura de um clima propício para curar-se da tuberculose.

Em 1810, já se sentindo melhor dos sintomas da tuberculose, Koster resolve viajar a cavalo a partir de Pernambuco, para percorrer um trajeto que atravessaria os territórios dos atuais estados da Paraíba e o Rio Grande do Norte, para chegar ao Ceará. Com suas anotações pormenorizadas, o inglês escreveu um livro que foi publicado em Londres, no ano de 1816: "Travels in Brazil". Como costumava fazer anotações sobre tudo o que visualizava, o livro tem o mérito de ser uma publicação repleta de características, comportamentos, aspectos geográficos e ambientais de um nordeste brasileiro até então pouco descrito, principalmente em sua parte mais afastada do litoral, então conhecida como sertão.

Nesse contexto, tendo como base o trajeto percorrido por Henry Koster, o presente trabalho propõe-se a discutir, analisar criticamente e propor reflexões sobre os aspectos socioambientais encontrados no Nordeste, e mais especificamente no estado do Rio Grande do Norte, com uma comparação entre o início do século XIX e o início do século XXI. Além disso, serão abordadas questões como, por exemplo, o zoneamento ambiental, as Unidades de Conservação atualmente existentes, os problemas ambientais que ocorreram através destes duzentos anos e as perspectivas para o futuro do meio ambiente da região.

A VIAGEM PELAS CAPITANIAS DE PERNAMBUCO, PARAÍBA, RIO GRANDE E CEARÁ

Proveniente de Liverpool, Inglaterra, Henry Koster aportou no Recife no ano de 1809. Morou na capital pernambucana e também em Goiana, já próximo à divisa com a Paraíba. Em 1810, abasteceu-se de provisões e montou uma pequena comitiva para empreender sua viagem histórica até fortaleza, no Ceará. De passagem pela Paraíba, elogiou as fontes (bicas) públicas de água e descreveu aspectos de uma região cuja presença da Mata Atlântica era a característica florestal constante.

Entre Recife e Natal, Koster percorreu aproximadamente o trajeto da atual rodovia BR 101 e, já em território potiguar, chegou ao Engenho Cunhaú, importante centro de produção açucareira da capitania do Rio Grande, onde foi recebido por André de Albuquerque Maranhão, então proprietário do Engenho.

De Cunhaú, a comitiva seguiu viagem para Natal, passando por Papary, atual Nísia Floresta, e São José de Mipibu. Sempre observando e comentando diversos aspectos, nos quais o meio ambiente também estava inserido, o inglês relata, por exemplo, que no trecho do caminho já próximo a Natal, havia dunas que dificultavam a entrada na capital da capitania, dunas estas que, resistindo à expansão urbana, ainda continuam a existir na entrada da cidade, às margens da BR 101.

Ao sair de Natal, a comitiva atravessou o rio Potengi seguiu através do vale do rio Ceará Mirim em direção a Assu. Nesta região, o inglês observou a sensível mudança

no cenário ambiental. Passava a seguir um caminho emoldurado pelo bioma caatinga até o destino final da viagem e ida ao Ceará. Seguindo o rio em direção à montante, o grupo chegou à cidade de Assu da qual, abastecidos de víveres, partiram para Mossoró e, posteriormente, para Tibau, na divisa do RN com o estado do Ceará. Koster seguiu viagem até Fortaleza, onde foi recebido pelo governador, e retornou ao estado de Pernambuco, seguindo caminho semelhante.

Como viajante, Koster anotou suas impressões que iam além da paisagem: costumes locais, roupas, trejeitos de sertanejos e dos senhores de engenho, impressões sobre os alimentos e dificuldades do povo, comentários sobre a seca. Enfim, o livro “Travels in Brazil” constitui-se em uma rica fonte de informações que, duzentos anos depois, serão contrastadas neste trabalho, com os aspectos atuais, com ênfase pra as questões ligadas ao meio ambiente.

METODOLOGIA

A pesquisa faz parte de um projeto de extensão desenvolvido pela Universidade Federal do Rio Grande do Norte, denominado “Projeto K200: A viagem de Henry Koster pelo RN, sob o olhar socioambiental contemporâneo”. O estudo foi realizado com base na pesquisa bibliográfica e de campo, no período de março a setembro de 2016 com base no roteiro percorrido por Koster e descrito em seu livro, cuja primeira publicação completou 200 anos no ano de 2016.

Para o melhor tratamento e sistematização das informações, os procedimentos metodológicos utilizados para o desenvolvimento da presente pesquisa foram divididos em três momentos: 1) Pesquisa bibliográfica; 2) Observação em campo 3) Elaboração da análise.

O primeiro momento consistiu em uma revisão bibliográfica onde foi feita a comparação entre os aspectos sociais, ambientais e históricos do RN no início do século XIX e da atualidade. A cobertura vegetal, o relevo e as paisagens das duas épocas em questão foram estudadas com a finalidade de suscitar análises e reflexões sobre as transformações ocorridas ao longo destes 200 anos e nortear as críticas e estimativas sobre o futuro ambiental da região.

No segundo momento, foi feita a observação em campo, com a reprodução do percurso realizado por Koster há 200 anos. A série de viagens ocorreu em três etapas, e tal iniciativa proporcionou uma melhor compreensão dos dados coletados na pesquisa bibliográfica e também possibilitou a obtenção de material audiovisual a ser empregado neste trabalho e nas demais intervenções que a equipe do projeto se propôs a realizar, tais como a criação de um blog, uma página na rede social facebook, a produção de um filme de curta metragem e a participação na Feira de Ciências e Tecnologia da UFRN-CIENTEC.

Após a coleta em campo, os dados foram explorados e buscou-se fazer uma revisão bibliográfica com base em artigos científicos divulgados na literatura sobre o tema abordado.

Posteriormente, foi efetivada uma comparação entre os dados coletados e a realidade encontrada no caso concreto, buscando sempre trazer reflexões e uma visão crítica, sobre os aspectos socioambientais encontrados no RN. Tal abordagem é indispensável para a transmissão do conhecimento para outras áreas além da comparação histórica, pois a compreensão do problema exige uma visão interdisciplinar que também abrange a valorização dos aspectos ambientais, sociais e culturais.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

A primeira etapa: Cunhaú e Nísia Floresta

Tendo partido do estado de Pernambuco e atravessado o estado da Paraíba, o inglês, acompanhado por um guia local e alguns cavalos, entrou em território potiguar e dirigiu-se ao maior engenho de cana de açúcar existente na Capitania do Rio Grande àquela época. De propriedade do coronel André de Albuquerque Maranhão o engenho Cunhaú era um dos motores da economia da Capitania.

“As plantações de Cunhaú ocupam 14 léguas ao longo da estrada e foi adquirida outra terra vizinha, igualmente vasta. Do mesmo modo, as terras que ele possui no sertão, para pastagens do gado, supõem não inferiores de trinta e quarenta léguas, desta que é preciso andar-se três e quatro horas para vencer-se uma” (Koster, 2002).

A exemplo de outras grandes áreas às margens do caminho, as extensas plantações de cana-de-açúcar já naquela época indicavam a grande devastação a qual a Mata atlântica era submetida. Em um primeiro momento da colonização portuguesa no Nordeste brasileiro, a extração do Pau Brasil foi responsável pela devastação da mata. Em um segundo grande ciclo, a monocultura açucareira foi a grande vilã, porém, na época da viagem de Koster, a criação de gado já surgia como mais um fator produtor de impactos ambientais.

Atualmente, a região ainda conta com grandes áreas ocupadas pelas plantações de cana-de-açúcar. Entretanto, a produção passou por um processo de modernização e houve uma intensificação da concentração fundiária, ou seja, espaços que eram ocupados por agriculturas de subsistência passaram a pertencer a grandes fazendas-usinas, como a Estivas em Arês, a Vale Verde em Baía Formosa e a Usina Ceará Mirim, em Ceará Mirim, que juntas são responsáveis pela quase totalidade da produção de açúcar no estado (CUENCA e MANDARINO, 2007).

Com a derrubada de árvores nativas, há uma diminuição da biodiversidade local, com consequências para o solo, fauna e flora. Quanto ao solo, por exemplo, existe um aumento no processo de erosão; os nutrientes são exauridos pelas monoculturas, o que impulsiona a aplicação de fertilizantes em excesso, promovendo a contaminação tanto do solo como da água através do escoamento superficial até o corpo hídrico mais próximo. Também são empregados pesticidas e agrotóxicos que podem causar doenças a seres humanos e animais. A poluição do ar também é significativa nos locais onde existe a queima da palha durante a colheita, pois se têm emissões de material particulado e gases de efeito estufa.

A fim de garantir um desenvolvimento sustentável, levando em consideração a importância da função estratégica da atividade agropecuária e do papel das florestas, o Código Florestal Brasileiro estabelece que todo imóvel rural deverá manter área com cobertura de vegetação nativa, a título de Reserva Legal, com no mínimo 20% da área do imóvel, para a região em questão (BRASIL, 2012).

Este tipo de lei, não empregada no Brasil do início do século XIX, evidencia que o avanço da degradação ambiental causada pelo homem chegou ao ponto de necessitarmos de uma legislação para tentar assegurar o uso econômico de modo sustentável dos recursos naturais do imóvel rural, auxiliar a conservação e a reabilitação dos processos ecológicos e promover a conservação da biodiversidade, bem como o abrigo e a proteção de fauna silvestre e da flora nativa, como cita a Lei.

Neste sentido, foi possível visualizar algumas áreas de reserva legal nas propriedades existentes à margem da rodovia BR 101, nas proximidades de Cunhaú e por outros pontos do trajeto até Nísia Floresta. Constatou-se pequenas áreas de remanescentes de vegetação nativa, sem nenhuma conexão com outras regiões semelhantes, o que dificulta o fluxo de genes entre espécies e consequentemente a manutenção da biodiversidade.

A segunda parada relatada por Koster foi em Papary. Em 1948, a comunidade de Papary, em homenagem a sua filha mais ilustre, mudou seu nome para Nísia Floresta, escritora internacionalmente conhecida e cujos pais receberam a visita de Koster justamente no ano de seu nascimento, 1810.

No livro, são vários os elogios à beleza cênica da região e à importância daquele vale fértil para a população local:

“Papari é situada num vale estreito e profundo, mas de lindo aspecto. É intensamente cultivado, principalmente este ano as terras foram valorizadas, por não haver chuvas e os trechos arenosos serem estéreis. Com efeito, quando vira noutras paragens a terra seca e queimada, essa região é cheia de verdura, irradiando alegria derredor de si, ciente de sua superioridade. Os habitantes parecem compreender, pela sua satisfação, a partilha esplêndida que receberam. Papari tem outra vantagem: embora longe três ou quatro léguas do mar, possui um lago de água salgada, de forma que os moradores têm peixes às portas. A maré vai até o lago, que jamais seca, e mesmo os rios de água doce raramente param” (KOSTER, 2002).

Existem mais de 20 lagoas no município de Nísia floresta. O grande atrativo ambiental da região sempre foi a pesca farta nas várias lagoas das redondezas e terras de boa qualidade para o plantio de várias lavouras (IDEMA, 2013).

Outro destaque em Nísia Floresta é a carcinicultura. Trata-se de uma atividade que tem impulsionado a economia regional, entretanto, às custas da vegetação nativa.

Em 2002, Nísia Floresta começou a fazer parte da Região Metropolitana de Natal (RMN). Em 2010, a população de Nísia Floresta era de 23.784 habitantes (IBGE, 2010). Atualmente, a RMN é composta por 14 municípios, muitos dos quais foram local de passagem para Koster e sua comitiva.

A Mata Atlântica

Todo o caminho percorrido pelos integrantes do Projeto K200, desde a entrada em solo potiguar até Ceará Mirim, está inserido no bioma Mata Atlântica, abrangendo as formações vegetais Floresta Ombrófila densa e rala, Manguezal, Restinga e Tabuleiro litorâneo. Aproximadamente 6% da área de domínio do RN era composta por esse bioma, ocupando toda a costa litorânea, de Touros/Maxaranguape a Baía Formosa, cobrindo 16 municípios (IBF, 2016).

Atualmente, a Mata Atlântica no RN está restrita a pequenos fragmentos, tais como a Mata da Estrela em Baía Formosa; o Parque das Dunas em Natal; a Mata do Pau-Ferro em Goianinha; o Santuário Ecológico de Pipa em Tibau do Sul; EFLEX do IBAMA, em Nísia Floresta e a Escola das Dunas, em Extemoz. Além disso, no interior do Estado, nas serras úmidas, há ocorrência de formações associadas à Mata Atlântica –

os Brejos de Atitude, encontrados nas Serras de Martins, Portalegre e São Miguel, por exemplo (IDEMA, 2014).

Para proteção destas áreas dotadas de características naturais relevantes, foram criadas algumas unidades de conservação - UCs. A lei 9985/2000 define-as como espaços territoriais e seus recursos ambientais, incluindo as águas jurisdicionais, com características naturais relevantes, legalmente instituído pelo Poder Público, com objetivos de conservação e limites definidos, sob regime especial de administração, ao qual se aplicam garantias adequadas de proteção (Brasil 2000). Essas UCs são divididas em duas categorias: Unidade de Proteção Integral e Unidade de uso Sustentável.

Nessa região percorrida por Henry Koster desde Cunhaú até Nísia Floresta, foram instituídas duas UCs de uso sustentável: As áreas de proteção ambiental - APA Bonfim/Guarairas e APA Piquiri-Una.

A Área de Proteção Ambiental Bonfim-Guarairas foi criada em 1999 e abrange os municípios de Tibau do Sul, Goianinha, Arês, Senador Georgino Avelino, Nísia Floresta e São José de Mipibu. Ela tem o objetivo de proteger os ecossistemas de dunas, manguezais, praias, rios e lagoas, além de espécies vegetais e animais. Destaca-se por ser a maior Unidade Estadual de Conservação em área emersa do estado. Em seu interior existem outras três Unidades de Conservação oficialmente criadas, a Floresta Nacional de Nísia Floresta (UC Federal); o Parque Estadual Mata da Pipa (UC Estadual) e a Reserva Faunística de Tibau do Sul – REFAUTS (UC Municipal). Além de um posto avançado da reserva da biosfera da Mata Atlântica, representado pelo Santuário Ecológico de Pipa, no município de Tibau do Sul/RN. (IDEMA, 2014)

Já a Área de Proteção Ambiental Piquiri-Una foi criada em 1990, mas em 2011 seus limites foram alterados e sua área ampliada para 40.707,45 hectares. A APA Piquiri-Una abrange parte dos municípios de Goianinha, Canguaretama, Espírito Santo, Pedro Velho e Várzea, estando presentes os Biomas de Mata Atlântica e Caatinga, assim como importantes rios que compõem as sub-bacias dos rios Curimataú, Catú e Jacú. (IDEMA, 2014).

Essas áreas protegidas são de grande importância para o desenvolvimento sustentável da região e muitas são utilizadas para o turismo ecológico, como por exemplo, os passeios pelas lagoas de Nísia Floresta, onde podem ser visualizados aspectos de uma região ainda pouco afetada pelas pressões antrópicas, cuja paisagem possivelmente se assemelhe àquela contemplada por Koster, em 1810.



Figura 1. Percurso de Henry Koster pelo RN e sua relação com as atuais UCs (Fonte: elaborado pelo autor, baseado em mapa disponível em www.idema.rn.gov.br)

A Segunda etapa: Natal

“Toda a região entre Natal e São José é desabitada e, conseqüentemente, havia pouca esperança de encontrar alguém para nos dar informações sobre a distância.” (KOSTER, 2002)

Na área descrita por Koster como “deserta”, existe atualmente o município de Parnamirim, com a terceira maior população do estado: 242.384 habitantes (IBGE, 2010). Embora ainda não seja tão intenso quanto o processo existente, por exemplo, na região do grande Recife, a conurbação urbana já existe em algumas áreas limítrofes entre Natal e cidades vizinhas. Na região que tanto dificultou o acesso da comitiva de Koster à capital do RN, o aspecto atual é de um adensamento populacional crescente.

“As dunas mudam sempre de posição e forma. O vento violento levanta as areias em turbilhão, tornando a passagem perigosa para os viajantes. É areia muito fina, branca, e os nossos cavalos nela afundavam as pernas a cada passo. É positivamente desagradável, quando o sol está a pino” (KOSTER, 2002).

As dunas que se estendem por todo o litoral potiguar formam um cenário de relevante beleza cênica. São responsáveis pela recarga dos aquíferos subterrâneos, de onde vem boa parte da água de abastecimento, mas vêm sofrendo o impacto do desmatamento e da impermeabilização e de suas conseqüências, como a diminuição da

infiltração da água e o aumento do escoamento superficial, o que contribui para o aumento das enchentes e alagamentos nas áreas urbanas.

A especulação imobiliária é outro fator que incide sobre os frágeis ecossistemas dunares: com a proliferação dos loteamentos urbanos, inclusive nas regiões mais afastadas, Natal é um município que praticamente não mais dispõe de áreas consideradas rurais.

A cidade não é calçada em parte alguma e anda-se sobre uma areia solta, o que obrigou alguns habitantes a fazerem calçadas de tijolos ante suas moradas. Esse lugar contará seiscentos ou setecentos habitantes” (KOSTER, 2002).

Ao escrever sua chegada em Natal, Koster critica a nomeação de cidade, devido ao seu pouco desenvolvimento. De fato, Natal conservava características provincianas até princípios do século XX, quando experimentou um significativo crescimento populacional. Outro fator que impulsionou o crescimento da capital potiguar foi a presença dos norte-americanos no período da II Guerra Mundial (CASCUDO, 2010). A rápida expansão, ligada à ausência de planejamento, resultou em ocupações desordenadas e problemas urbanístico-ambientais.

Atualmente, Natal conta com aproximadamente 869.954 habitantes. Com toda a sua área adensável ocupada, inclusive áreas de risco e fragilidade ambiental, a maior parte da capital potiguar está sobre área de dunas, mas o crescimento também atingiu os manguezais do estuário do rio Potengi. Algumas das áreas inundáveis foram aterradas para permitir construções, e em outros locais a população vive sob condições insalubres, como no caso da comunidade ribeirinha que vive nas proximidades do Porto de Natal.

Outro problema ambiental da capital é a contaminação das águas subterrâneas por nitrato (NO_3^-). As fossas sépticas tornaram-se uma fonte de poluição do lençol freático, pois os esgotos domésticos são fonte de nitrogênio, que oxidado transforma-se em Nitrato.

O Rio Potengi, que deu nome ao estado, vem sofrendo os efeitos da poluição. Apesar de seu grandioso volume, a sua capacidade de autodepuração não é suficiente para suportar toda a carga poluidora, como esgotos (domésticos e industriais), resíduos sólidos e resíduos da carcinicultura.

Como aspectos positivos, Natal possui áreas destinadas à proteção ambiental, como o Parque Estadual Dunas do Natal Jornalista Luiz Maria Alves, que foi criado em 1977 como a primeira Unidade de Conservação do RN. É reconhecido pela UNESCO (Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura) como parte integrante da Reserva da Biosfera da Mata Atlântica Brasileira.

Outro exemplo é o Parque da Cidade Dom Nivaldo Monte. É uma UC municipal e além de ser uma primeira experiência de gestão em ZPA²⁵, pode desempenhar a função de espaço destinado ao lazer ecológico, cultural e equipamento estratégico de promoção da educação ambiental. Além disso, o citado parque é uma importante área de recarga do aquífero, e possui um dos poucos reservatórios naturais ainda não contaminados em Natal.

²⁵ O macrozoneamento proposto no Plano Diretor de Natal estabeleceu as Zonas de Proteção Ambiental, as quais foram previstas para viabilizar a proteção dos aspectos naturais e culturais da cidade.

Terceira etapa: Poço Branco, Assu, Mossoró e Tibau

Durante sua viagem do Recife a Fortaleza, Koster vislumbrou paisagens mais características da Mata atlântica entre Recife e Natal. Ao partir em direção a Assu, as características do bioma caatinga passaram a dominar o ambiente, principalmente após a passagem pelo vale do rio Ceará Mirim, ou seja, a caatinga foi efetivamente presente na viagem bicentenária pelo nordeste brasileiro a partir do território potiguar.

Único bioma exclusivamente encontrado no Brasil, a caatinga corresponde a aproximadamente 11% do território nacional e possui espécies endêmicas. Algumas plantas e alguns animais existentes na caatinga não são encontrados em nenhum outro lugar do planeta, o que reforça a importância deste bioma realmente característico do sertão nordestino (IDEMA, 2014).

Os efeitos da estiagem foram cada vez mais perceptíveis à medida em que a expedição do Projeto K200 se afastava do vale do Ceará Mirim, em direção ao sertão central do RN. A cena descrita por Koster, na qual sertanejos precisaram se deslocar de sua terra e enfrentar horas ou dias de sol e calor ainda existe. O sertanejo ainda foge em busca de melhores condições de vida nas cidades, caracterizando o êxodo rural. São comuns na região as ações públicas de curta duração, caráter assistencialista e eficácia duvidosa.

Em meio à aridez do clima, as frutas regionais são cultivadas, como demonstração de que o desenvolvimento de forma sustentável é possível. Neste sentido, a região do Assu se destaca pela fruticultura irrigada, embora outra atividade de destaque na região seja uma das responsáveis pela devastação da caatinga: A produção de telhas e tijolos, com seus fornos aquecidos às custas da madeira extraída da caatinga e em locais bem próximos à FLONA – Floresta Nacional de Assu, uma Unidade de Conservação Federal.

Se a paisagem da região percorrida nesta terceira etapa, entre 1810 e 2016, apresenta semelhanças quanto à vegetação seca e retorcida, característica do bioma caatinga, as diferenças substanciais estão no fato da presença marcante dos aerogeradores, utilizados para gerar energia elétrica, através da força dos ventos, e da grande quantidade de dutos e unidades de bombeamento mecânico de petróleo.

Um local cujos aspectos demonstram claramente a atual abrangência da escassez na região é a Lagoa do Piató. Com seus 18Km de extensão, a lagoa foi visitada por Koster em pleno período de seca, entretanto, ainda existia vida:

“A fertilidade dessas margens é grande, produzindo abundância de milho, arroz, cana de açúcar, melões etc., e vi mesmo alguns pés de algodão plantados nas proximidades. A lagoa é mais baixa que os terrenos circunjacentes e, na época do inverno, as águas se precipitam, destruindo os menores vestígios de cultura, obrigando que essa operação se repita para a futura estação. Nos anos como este em que viajo, as populações desse distrito pereceriam se a lagoa não existisse” (KOSTER, 2002).

O que verificou-se foi a total ausência de água na lagoa e o aspecto desolador de seu entorno. A fertilidade observada pelo viajante inglês deu lugar a um deserto, com redemoinhos de poeira e pouca perspectiva para a população local.

Mossoró e Tibau

Como segundo maior núcleo populacional do RN, Mossoró experimentou transformações urbanas de grande porte, ao longo dos últimos 200 anos. Indústrias, exploração do petróleo e produção de sal marinho em larga escala são alguns dos aspectos que fazem com que a região de Mossoró seja considerada próspera economicamente.

Em relação aos aspectos relatados por Koster, o que dificilmente é encontrada na atualidade é a biodiversidade. Koster viu exemplares de tatus-bola, veados, ouviu rugidos de onças, caçou preás. O rio Mossoró atualmente apresenta elevado grau de poluição. O crescimento econômico é notório, mas o meio ambiente parece não estar entre as prioridades dos gestores.

Se o turismo é destaque na região de Natal, trata-se da mola propulsora também na região litorânea do RN, nas proximidades da divisa com o Ceará. Tibau, última localidade do RN descrita por Koster, antes de seguir para Fortaleza, surge como local de empreendimentos turísticos. Pousadas, hotéis, condomínios que vão surgindo e trazendo investimentos para a região. Porém, as areias coloridas, que tornaram Tibau famosa, estão cada vez mais raras. A atividade tradicional já necessita de aditivos químicos para poder continuar existindo, pois os empreendimentos que trazem progresso econômico também destroem as dunas e as cores de suas areias.

“À volta do meio-dia passamos perto de uma choupana onde residia o vaqueiro de uma fazenda e imediatamente depois deparamos com o monte de areia, chamado Tibau, junto do qual se vê o mar. Escassamente descrevo as sensações que essa visão determinou. Parecia-me estar em casa, com todos os meus hábitos” (KOSTER, 2002).

Um ponto em comum entre as percepções de Henry Koster e as da equipe do projeto K200: o agradável aspecto praiano de Tibau e região. Após uma cansativa travessia pela caatinga, a brisa litorânea que tanto impulsiona os aerogeradores e as velas dos esportes náuticos, também funcionou como um sopro de esperança por um aumento na consciência ambiental dos cidadãos e dos gestores em busca da sustentabilidade em suas ações.

A divisa com o estado do Ceará foi o ponto de encerramento das ações práticas do projeto, a nível de Rio Grande do Norte, com planejamento traçado para a ampliação das ações através dos demais estados visitados por Henry Koster no início do século XIX.

CONCLUSÃO

Se Koster elogiou a fertilidade dos vales, sentiu os efeitos da seca no sertão e se refrescou com a brisa marinha, nós do Projeto K200 basicamente experimentamos estas mesmas sensações. Separados por 200 anos, verificamos que aspectos como a devastação da Mata atlântica e da Caatinga, aliadas ao crescimento desordenado dos centros urbanos, tem gerado impactos ambientais de grande porte. A criação de leis e de UCs pode servir como instrumento de controle, porém, faz-se necessário um maior investimento na Educação Ambiental. Com seu poder de fomento à reflexão, a Educação Ambiental pode atuar na reversão da tendência atual da humanidade: O

consumo desenfreado e insustentável, sempre às custas da natureza. Neste sentido, o gestor ambiental tem papel relevante em um panorama atual que, se não for mudado, continuará no caminho da falta de investimento público, da devastação dos biomas e do aumento da temperatura global. O Projeto K200, ao levar ao conhecimento do público as comparações críticas entre os aspectos ambientais do RN em um intervalo de 200 anos, está cumprindo seu objetivo de informar esta geração, para estimular ações na direção da sustentabilidade e tentar garantir às futuras gerações o direito ao meio ambiente equilibrado.

REFERÊNCIAS

BRASIL. **Lei Nº 9985/2000**. Institui o Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza. Brasília. 2000. Disponível em: <http://www.mma.gov.br/port/conama/legiabre.cfm?codlegi=322>. Acessado em 14/11/2016.

BRASIL. **Lei Nº 12.651/2012**. Código Florestal Brasileiro. Brasília. 2012. Disponível em http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2012/lei/112651.htm. Acessado em 14/11/2016.

CASCUDO, Luis da Câmara. **História da Cidade do Natal**. 4ª ed. Natal. EDUFRN, 2010.

CUENCA, Manuel Alberto Gutiérrez. MANDARINO, Diego Costa. **Nova Fronteira da Atividade Canavieira nos Principais Municípios Produtores do Estado do Rio Grande do Norte; 1990, 1995, 2000 e 2005**. Embrapa. 2007. Disponível em <http://www.cpatc.embrapa.br> . Acessado em 14/11/2016.

IBF – Instituto Brasileiro de Florestas. **Bioma Mata Atlântica**. Disponível em: <http://www.ibflorestas.org.br/bioma-mata-atlantica.html> . Acessado em: 10/11/2016.

IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Censo 2010**. Disponível em <http://censo2010.ibge.gov.br/>. Acessado em 11/11/2016.

IDEMA. Instituto de Desenvolvimento Sustentável e Meio Ambiente. **Ecossistemas do Rio Grande do Norte (cartilha)**. 2014. Disponível em: <http://adcon.rn.gov.br/ACERVO/idema/DOC/DOC000000000007179.PDF>. Acessado em 05/11/2016.

IDEMA. Instituto de Desenvolvimento Sustentável e Meio Ambiente. **Perfil do Município de Nísia Floresta, 2013**. Disponível em: <http://adcon.rn.gov.br/ACERVO/idema/DOC/DOC000000000016676.PDF> . acessado em 14/11/2016.

KOSTER, Henry. **Viagens ao Nordeste do Brasil**. 12ª Ed. ABC. Fortaleza. 2002.

VAINFAS, Ronaldo. **O longo Séc. XIX**. Volume 2. São Paulo. Saraiva. 2010.